

ASFOC FIOCRUZ



Movimento conquista reajuste histórico

Aumento médio de 50% será dividido em duas parcelas:
cerca de 30% em julho de 2008 e de 20% em julho de 2009

Não foi nada fácil!

Os trabalhadores da Fiocruz que acompanharam passo a passo o longo processo de negociação com o governo sabem o quão difícil foi arrancar o acordo de tabela salarial ora celebrado por todos.

Apesar de nossa proposta inicial chegar às mãos do presidente da República menos de uma semana após ser deliberada em Assembléia Geral e receber apoios públicos de todas as esferas – presidência e CD Fiocruz, ministro da Saúde, Câmara dos Deputados, Senado Federal e do próprio presidente Lula – a primeira contraproposta do Ministério do Planejamento demorou seis meses para ser apresentada ao Sindicato. E pior: as sucessivas versões demonstravam uma total falta de respeito aos servidores, com índices bem aquém dos pleiteados, desproporção de aumentos entre os diversos níveis, descaracterização do Plano de Carreiras da Fiocruz, além de chegarem a propor a redução da Gratificação dos aposentados, que já representa apenas metade da GDACTSP dos ativos.

O apoio do presidente da Fiocruz e do ministro da Saúde existiu sim, mas nem sempre chegou na hora e intensidade que queríamos, o que demandou muitas “cutucadas” por e-mails, telefonemas, reuniões, manifestações e indicativos de greve. Num erro de avaliação constante, eles sempre achavam que ainda não era hora de usar todos os cacifres. Tanto que o presidente Lula nunca chegou a entrar em campo, o que poderia nos ter permitido uma vitória mais ampla e precoce, sem algumas dolorosas concessões.

O movimento dos trabalhadores manteve-se intenso e crescente ao longo dos 13 meses. Apenas em abril deste ano, fizemos cinco assembléias e dois grupões (reuniões ampliadas de diretoria) para definir as estratégias da campanha. O alto quorum nesses encontros – transmitidos via rede e relatados nos informativos – nos deram a força necessária para enfrentar a reta final.

As reuniões entre o Sindicato e o Planejamento, sempre com a participação do vice-presidente Paulo Gadelha, oscilaram entre diálogos inconclusivos e tensos debates, quando os negociadores do governo jogavam para o retrocesso. Mesmo assim, a proposta do governo foi melhorando pouco a pouco. No final, chegamos ao acordo autorizado soberanamente pela Assembléia Geral da ASFOC-SN,

que representa um importante passo rumo ao que realmente desejamos – ser reconhecidos e bem remunerados pela excelência do trabalho que desenvolvemos.

Numa comparação rápida com o resultado obtido pelas demais categorias, verificamos que perdemos o que todas também perderam: a retroatividade pretendida, além de ficarmos com esse modelo de gratificações de desempenho por pontos imposto pelo Planejamento a todos os Planos.

Naquilo que conseguimos manter com muita argumentação e pressão, nem todas tiveram êxito: ninguém ficou com titulações calculadas em percentuais e para todos os padrões e classes, inclusive do nível médio; muitas tiveram redução das gratificações dos aposentados para 40% ou 30% dos ativos; muitas tiveram que trocar reajustes pela perda na proporcionalidade dos reajustes entre os diversos níveis. Nenhum demérito para as outras categorias. Apenas a triste constatação de que o governo aproveitou o justo desejo de aumento para trocar por redução de direitos e garantias, além de descaracterizar Planos que ele mesmo construiu há pouquíssimo tempo.

Dentre os pontos vitoriosos, chegamos aos percentuais pretendidos (por agora) com os aumentos aplicados diretamente no vencimento básico – que é a forma ideal –, o que infelizmente não foi permitido a diversas categorias. E nenhuma negociação sobre Plano de Saúde como salário indireto foi tão exitosa. No caminho das negociações obtivemos também a suspensão do corte de adicional de insalubridade que atingiria oito em cada dez servidores – luta que ainda não findou. Sem contar que o estabelecimento de nosso patamar salarial contribuiu como referência para que nossos ex-companheiros da Ciência e Tecnologia chegassem a um acordo melhor.

Tudo isso fizemos economizando greves, para penalizar o mínimo a sociedade, e apostando em nossa capacidade de organização, mobilização, pressão, articulação e argumentação.

Tivemos que abrir mão de alguns pontos para o acordo. Mas nada que não possamos brigar lá na frente. Já demonstramos que temos força suficiente para isso.

Por mais esta vitória, estamos todos de parabéns!

ESPAÇO UNIFOC

UFA!

Até que enfim!

Por Antônio Humberto da Costa
Diretor Executivo da União dos Aposentados
da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

É claro que o título de nossa coluna diz bem das nossas angústias, alegrias e apreensões, no que concerne ao Acordo Salarial, finalmente assinado na noite de quinta-feira (19 de junho), pela nossa ASFOC-SN, a Fiocruz e os ministérios da Saúde e do Planejamento.

Temos, todos nós, ativos, aposentados e pensionistas, de reconhecer os esforços titânicos da nossa ASFOC-SN, que, em momento algum, se deixou levar por manobras, às vezes más e perversas, que tentavam nos esmorecer e dividir o nosso movimento.

Durante toda a caminhada de nossas negociações, aqui e acolá, surgiram divergências entre nós. Contudo, elas eram logo superadas, pois todos em Manguinhos têm dentro de si a superação que nos envaidece – o orgulho de ser Fiocruz.

O acordo, agora assinado, coloca a Fiocruz na vantagem de poder negociar, em fins do ano de 2009, o reajuste para 2010, que não está previsto para outras categorias do serviço público federal.

Pelo acordo firmado, é verdade que os aposentados continuarão recebendo metade do valor da GDACTSP dos ativos, contudo, vamos continuar a luta para que essa discriminação possa ter um basta.

O professor Gadelha, na mesma data (19 de junho), afirmou, em Assembléia da UNIFOC, que a isonomia da GDACTSP é um compromisso da Presidência da Fiocruz e que ele, pessoalmente, continuará lutando junto com a ASFOC-SN e a nossa UNIFOC pela igualdade, agora discriminada.

Enfim, este é o momento de comemorar. Não esquecendo nunca que as Assembléias da ASFOC-SN tiveram influência decisiva nas negociações.

A luta não acaba aqui, companheiros. O momento é de vitórias, mas a nossa união deve ser sempre nosso lema principal.

Ninguém venceu: a vitória foi de todos!

DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC-SINDICATO NACIONAL

E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br

Rogério Lannes Rocha - *Presidente*
Paulo César de Castro Ribeiro - *Vice-Presidente*
Justa Helena Braga Franco - *Diretora de Administração e Finanças*
Paulo Henrique Scrivano Garrido - *Diretor Secretário-Geral*

Alcimar Pereira Batista - *Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos*
Roberto Lopes - *Diretor de Esportes*
João Carlos B.R. de Freitas - *Diretor Social e de Cultura*
Álvaro Fúncia Lemme - *Diretor de Comunicação*

SUPLENTES

Maria de Fátima B. de Souza
Rita Regina Guimarães
Marcos Besserman Vianna
Gilberto Lessa de Almeida
Janele Romeiro
Pauliran Freitas

CONSELHO FISCAL

Marco Antonio C. Menezes - *Presidente*
Nilton Francisco da Silva - *Secretário*
Vânia Buchmüller
Antonia Lucia dos Santos
Rui Baraúna de Rezende

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

(21) 2598-4231 (R. 211)
jornalismo@asfoc.fiocruz.br

Gerência de Comunicação
Jesusan Xavier

Equipe
Fernando Taylor
Fernanda Freitas
(Estágio)

Fotografia
Jesusan Xavier
Fernando Taylor
Fernanda Freitas

Divulgação: Jorge Vieira
Impressão: Wal Print Gráfica e Editora
Programação Visual: F.Tavares Ltda

As informações contidas nos artigos assinados e informes publicitários são de inteira responsabilidade de seus autores.

Sede da ASFOC-SN Av. Brasil, 4.365 - RJ - CEP 21040-360

Secretaria – 2598-4231
Jornalismo – 2598-4231 (R. 211)

Odontologia – 2598-4333
Jurídico – 2598-4231 (R. 214)

Seguros – 2598-4231 (R.218)
Salão de Beleza – 2598-4231 (R.223)
Restaurante – 3885-3890

Representações Regionais

Pernambuco: (81) 3454-4501
Minas Gerais: (31) 3349-7710

Distrito Federal: (61) 3340-0340
Bahia: (71) 3356-6583
Amazonas: (92) 3621-2397

A LUTA QUE SEGUE

Fio-Saúde **ganha sobrevida**

A grave crise do Fio-Saúde, o plano de saúde dos trabalhadores da Fiocruz, foi uma das principais pautas do movimento dos trabalhadores no último ano. Gestões realizadas pela diretoria da Asfoc-SN e Presidência da Fundação, em conjunto com o Conselho Deliberativo, junto ao Ministério do Planejamento, conseguiram reverter o que parecia impossível: a falência do plano, que já começava a apresentar falhas no atendimento aos usuários.

Na Assembléia Geral de 4 de dezembro, o vice-presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, anunciou que o secretário executivo do Planejamento, João Bernardo, havia autorizado que a Fundação realocasse recursos para quitar o déficit que

naquela época atingia a ordem de R\$ 17,1 milhões. Esse era o primeiro passo para tirar o Fio-Saúde da "UTI".

A partir de então, o Sindicato trabalhou arduamente para garantir o aumento do valor per capita, o que finalmente aconteceu na assinatura dos termos do acordo salarial, com a suplementação de valores (cerca de R\$ 14 milhões, em 2008) para que o Fio-Saúde chegue ao final deste ano sem déficit orçamentário.

É imprescindível agora que o governo assegure a manutenção deste orçamento completo (cerca de R\$ 20 milhões/ano) para os próximos períodos.

Excedentes **incluídos**

Desde a primeira hora, o Sindicato apoiou firmemente o movimento pela convocação imediata dos aprovados excedentes do concurso público de 2006, além de argumentar no CD Fiocruz em favor do cumprimento do edital. Junto com a Presidência da Fiocruz, trabalhou pela inclusão de adendo na Medida Provisória 431, que permite agora a incorporação de mais 365 aprovados no último concurso.

No dia 28 de maio, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 124, que autoriza a nomeação dos novos servidores. A Asfoc saúda os novos trabalhadores e conta com eles na luta por melhores salários e condições de trabalho. Visite o site (www.asfoc.fiocruz.br) e faça o cadastro para receber as informações do Sindicato em seu e-mail.

Indefinição na **insalubridade**

Em reunião no dia 20 de maio, representantes do Ministério do Planejamento não discutiram e mesmo assim não gostaram da proposta de fazer um projeto Piloto de verificação das condições dos ambientes e processos de trabalho na Fiocruz - pré-condição para montar com novos conceitos, parâmetros e metodologia uma revisão dos adicionais de insalubridade praticados.

O coordenador de Seguridade Social, Sérgio Carneiro, participou de várias reuniões produtivas em que foram discutidos e amadurecidos os objetivos do acordo entre o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, e o Grupo de Trabalho (GT). Porém, no momento em que a proposta dos técnicos da Fiocruz (Cesteh e CST) foi apresentada para discussão, ele ignorou os avanços e voltou a insistir que é contra a existência de adicional de insalubridade.

A Asfoc e técnicos da Fiocruz protestaram, entendendo que essa postura representa uma desqua-

lificação do trabalho do GT, num retrocesso na visão sobre a Saúde do Trabalhador e uma tentativa de ruptura do acordo estabelecido, na reunião de 17 de outubro de 2007, entre Duvanier, representação da Fiocruz, trabalhadores e o deputado federal Chico D'Ángelo.

Na próxima reunião (substituída por uma agenda em 5 de junho, só entre Planejamento e Fiocruz), o grupo que inclui a Asfoc-SN apresentaria relatório das discussões até agora e proposta de revisão partindo do Projeto Piloto, com base em conceitos e metodologia reconhecidos pela OMS. Seria proposta ainda a prorrogação por mais três meses do funcionamento do GT, como previsto na Portaria que o criou, para a conclusão dos trabalhos da melhor forma dentro do tempo previsto.

A Asfoc considera que o GT caminhou bem e que não há nenhuma justificativa para o Planejamento romper unilateralmente esse diálogo.

GDACTSP **para novos**

O Comitê Gestor do Plano de Carreiras da Fiocruz preparou, em reunião no dia 29 de fevereiro, a minuta de regulamentação da nova gratificação. Após alguns aperfeiçoamentos, ela foi encaminhada ao CD Fiocruz antes de ser enviada pelos ministérios do Planejamento e da Saúde à Presidência da República para edição do Decreto que oficializará a GDACTSP. A Asfoc cobrou da Fiocruz que, para não prejudicar ainda mais os novos servidores, assim que ela for regulamentada, sejam usados em 2008 os mesmos parâmetros das avaliações anteriores, enquanto um novo formato for discutido amplamente.

E o pior é **que era mentira!**

No dia 1º de abril, a Presidência da Fiocruz divulgou, pela Linha Direta, que pagaria aos aposentados a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (GDACTSP) de forma integral – no contracheque atual, eles percebem apenas a metade do valor dos ativos.

Infelizmente, apenas duas semanas depois, a Diretoria de Recursos Humanos (Direh) se viu obrigada a informar que não seria possível fazer a mudança nos cálculos. A nota, divulgada em 14 de abril, dizia que a Fiocruz foi desautorizada pelo Ministério do Planejamento a rever o percentual da GDACTSP pago aos proventos de aposentadorias e às pensões.

A gratificação integral para os aposentados sempre foi uma das principais bandeiras do movimento dos trabalhadores da Fundação e a Asfoc-SN continuará lutando por esse direito. Lamentamos a incoerência do Planejamento neste momento quando, inclusive, vemos a Justiça reconhecer o pagamento de atrasados no período anterior à criação do Plano de Carreiras da Fiocruz (ver quadro abaixo com as ações).

Relatório Federal - ASFOC-SN

Objeto: 3,17%

PROCESSO 970104160-7 - 1ª Vara Federal

Autor: SINDSPREV/RJ

Réu: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Histórico/Andamento: Os requerimentos já foram confeccionados e o processo encontra-se com o juiz para autorizar o cadastramento para posterior pagamento.

Objeto: 28,86%

PROCESSO 95.00232790 - 12ª Vara Federal

Autor: SINDSPREV/RJ.

Processo: 200551010171674 – TRF2 – Apelação dos embarcos a Execução

Andamento: A ASFOC se pronunciou sobre os valores dos requerimentos e em 16/06/2008 o processo foi para a Procuradoria Regional Federal (UNIÃO) para se posicionar sobre o pagamento. O próximo passo é a confecção dos mesmos.

Objeto: GDACT para aposentados

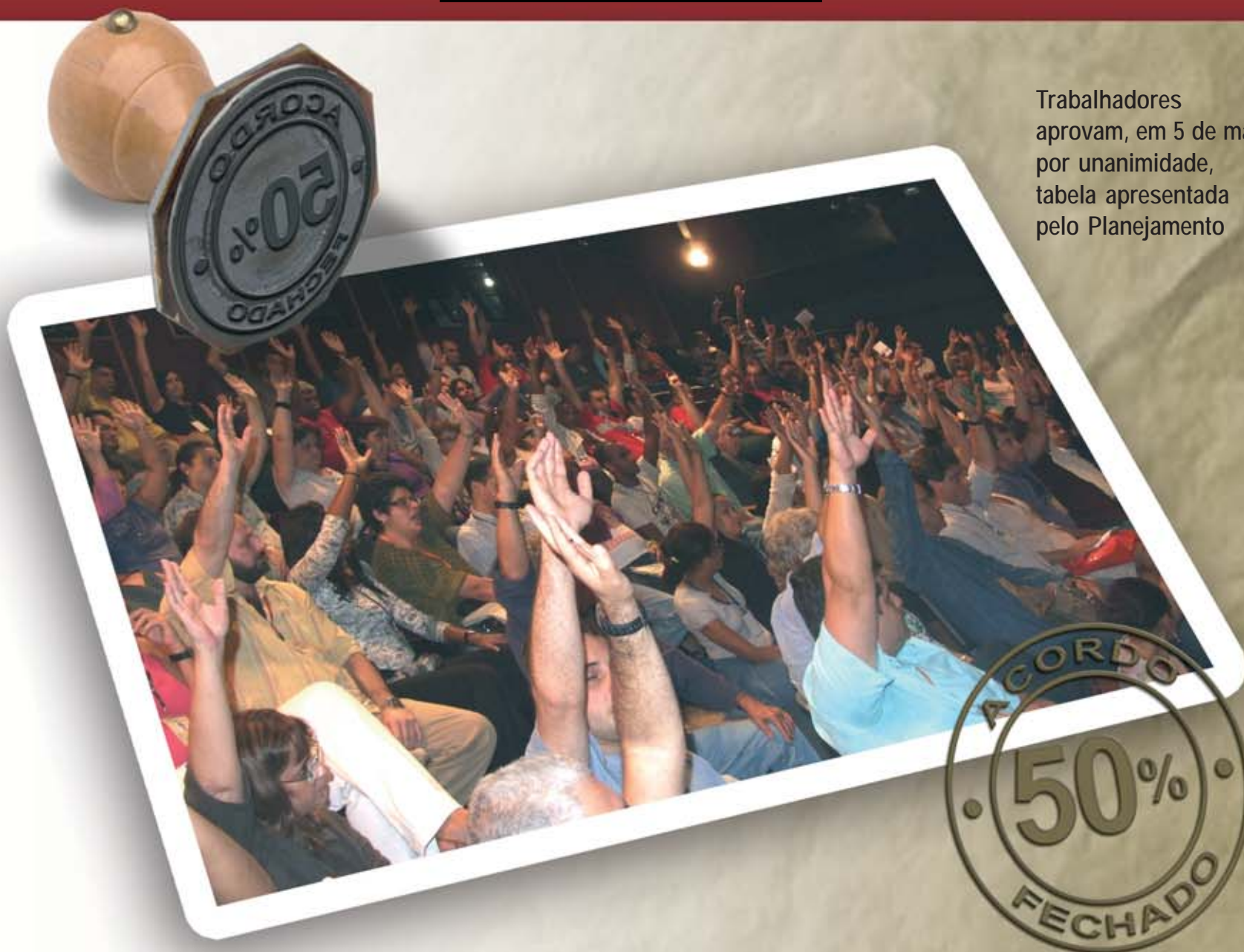
PROCESSO 2000.51.01.029180-3 - 1ª Vara Federal

Autor: ASFOC – Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz

Réu: Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Andamento: As Requisições já foram emitidas e encaminhadas para a Procuradoria Regional Federal (UNIÃO) para pronunciar sobre as mesmas. No momento estamos aguardando o retorno à 1ª Vara Federal para juntar petição também concordando e cadastrar para o pagamento. Como os valores serão depositados na Caixa Econômica Federal, os aposentados receberão nos próximos dias correspondência solicitando que abram contas no respectivo banco.

Trabalhadores aprovam, em 5 de maio, por unanimidade, tabela apresentada pelo Planejamento



As vitórias de uma longa negociação

Após 14 reuniões com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) finalmente foi assinado o acordo de reajuste salarial dos trabalhadores da Fiocruz

No dia 19 de junho, a direção da Asfoc-SN, a Presidência da Fundação e MPOG assinaram os termos finais do aumento. Os servidores terão reajustes que variam, em média, 50% até 2009. Os aumentos, concentrados no Vencimento Básico, serão divididos em duas parcelas (em torno de 30% em julho de 2008 e de 20% em julho de 2009).

Para fechar o acordo, os trabalhadores tiveram de abrir mão da retroatividade a março do ano passado. Mas os índices, se somados, até superam um pouco o que era pleiteado no início da negociação (45,39%).

Serão mantidas as regras atuais para os Adicionais de Titulação (em percentagem) e modificada a Gratificação de Desempenho para o sistema de pontos, sendo 80 pontos referentes à avaliação institucional e 20 à individual.

Aposentados continuam recebendo metade do valor da GDACTSP dos ativos. Foi confirmada também a suplementação de R\$ 14 milhões para que o Fio-Saúde chegue ao final deste ano sem déficit orçamentário.

Nos 13 meses de enfrentamento entre servidores e governo – o início da campanha foi decidido em Assembléia Geral no dia 17 de maio de 2007 - a pretensão do MPOG em desfigurar o Plano de Carreiras, dar aumentos diferenciados e até diminuir os valores da Gratificação de Desempenho (GDACTSP) dos aposentados tornaram a negociação extremamente penosa para os trabalhadores.

A proposta inicial dos servidores da Fiocruz (45,39% de reajuste linear no VB) chegou às mãos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, poucos dias após a sua deliberação em Assembléia. O pleito foi

encaminhado à Presidência pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, após reunião com a direção do Sindicato, em 25 de maio. Dias antes, o Conselho Deliberativo da Fundação decidiu apoiar oficialmente as reivindicações.

Durante o Fiocruz Pra Você do ano passado, no dia 16 de junho, novo encontro com o ministro. Na ocasião, ele se comprometeu a emitir Aviso Ministerial, apoiando nossa campanha.

Como forma de subsidiar tal Aviso e até mesmo a futura negociação com o governo, a Asfoc elaborou documento – enviado ao ministro no dia 24 de julho - com 45 pontos que explicavam por qual motivo o trabalho desempenhado na Fiocruz é fundamental para o Estado brasileiro e as políticas públicas de governo. Foram listadas ações do Plano Plurianual, desenvolvidas pela Fundação em suas 14 Unidades Técnico-Científicas.

No Coletivo de Gestores, em 6 de agosto, a Asfoc propôs que a correção da tabela fosse tratada como prioridade institucional. O Grupo de Gestão do Trabalho acatou.

Entre os dias 21 e 23 de agosto, os diretores Paulo Garrido e Fátima de Souza estiveram em Brasília e protocolaram pedido oficial de abertura das negociações no Ministério do Planejamento. Os dois também conseguiram adesão às reivindicações dos trabalhadores da Fiocruz na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara. No dia 29 de agosto, após participar de uma audiência pública, a Asfoc garantiu apoio da Frente Parlamentar da Saúde.

No entanto, só depois de encontro entre o próprio presidente da Asfoc, Rogério Lannes, e o presidente Lula, no dia 1º de outubro, durante solenidade de inauguração do Centro de Produção de Antígenos Virais (CPAV) de Biomanguinhos, o governo abriu oficialmente as negociações com os trabalhadores da Fiocruz. A primeira Mesa de Negociação ocorreu com o secretário executivo do Planejamento, João Bernardo, no dia 9 do mesmo mês. Estiveram presentes os diretores do Sindicato e representantes da Presidência do Conselho Deliberativo da Fiocruz.

Até que a primeira contraproposta do governo chegasse aos servidores foi necessária uma intensificação do movimento. Gestões em Brasília garantiram apoio das lideranças do Congresso Nacional, tanto da base governista quanto da oposição, os trabalhadores realizaram um Dia de Luta, com paralisação, por melhores salários (27/11) e lotaram as caixas postais dos ministérios da Saúde e Planejamento, cobrando urgência em uma resposta sobre o pleito. Paralelamente, a direção do Sindicato trabalhou arduamente por uma solução para a crise do Fio-Saúde e contra o corte do adicional de insalubridade para grande massa de servidores da Fiocruz.

A primeira proposta do governo veio finalmente no dia 7 de dezembro, após quatro reuniões com o MPOG. A tabela previa aumentos diferenciados no Vencimento Básico e índices bem aquém do reivindicado. Tinha também pelo menos quatro outros graves problemas: reduzia a GDACTSP dos aposentados (dos atuais 50% dos ativos para 30%), transformava o percentual da titulação em valor fixo, excluía diversas classes e padrões de nível superior do recebimento de titulação de mestrado e doutorado e vedava esta possibilidade aos trabalhadores de nível médio.

A contraproposta foi duramente criticada na Assembléia Geral do dia 12 de dezembro. No encontro seguinte com o Planejamento, dia 14, os técnicos do governo recuaram em relação à gratificação dos aposentados, mas continuavam batendo pé em relação aos outros itens, tidos como fundamentais pelos trabalhadores para o fechamento de um acordo.

A partir daí, a conjuntura política não ajudou nas negociações. O término da cobrança da CPMF e a demora na aprovação do Orçamento da União passaram a ser utilizadas como justificativas para a não apresentação de uma contraproposta viável.

Na primeira Mesa de Negociação deste ano, em 17 de janeiro, Sindicato e MPOG convergiram em pelo menos quatro pontos: a equivalência entre os salários da Fiocruz com os do IBGE (tabela Fev/2008); a composição do salário com vencimento básico, gratificação (GDACTSP) e adicional de titulação; adicional de titulação para todas as classes e padrões do nível superior (como está na Lei vigente) e a manutenção da gratificação dos aposentados (50% dos ativos).

Mas ainda estavam sobre a Mesa pelo menos duas questões: a manutenção da GDACTSP e Adicional de Titulação em valores percentuais; e a manutenção do adicional de titulação para todas as classes do nível intermediário (também como está na Lei).

No início de março, em Assembléia Geral (18/03), os trabalhadores deliberaram por greve de um dia caso as negociações não fossem retomadas imediatamente. Como o MPOG sinalizou posteriormente a data de uma reunião, os servidores converteram a paralisação num grande Ato em defesa da correção salarial – em frente ao Castelo - mantendo ainda a adesão ao Dia Nacional de Luta do Funcionalismo Federal, em Brasília (26/03).

No encontro seguinte com o Planejamento (04/04) foi apresentada uma proposta indecorosa, imediatamente rechaçada pela direção da Asfoc-SN. A tabela era exatamente a mesma oferecida anteriormente, apesar de todas as críticas e acordo em corrigí-la.

Diante da situação, o MPOG se comprometeu a encaminhar nova proposta, que chegou apenas 50 minutos antes da Assembléia seguinte (08/04). Por unanimidade, os servidores avaliaram que as novas incongruências inviabilizavam uma crítica à tabela do governo, que desconsiderava completamente a linearidade no aumento, um dos principais critérios defendidos pelos trabalhadores. Além disso, insistia em descaracterizar o Plano Próprio de Carreiras da Fiocruz – gratificação por pontos e titulação em valor absoluto em lugar dos atuais percentuais.

A partir daí, o movimento intensificou ainda mais a pressão pela campanha salarial. Apenas no mês de abril, foram cinco assembléias e dois grupos para decidir as estratégias da campanha. Numa ação conjunta, os servidores entupiram a caixa postal eletrônica do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pedindo maior empenho na luta para garantir as reivindicações da categoria e celeridade nas negociações. Posteriormente, o diretor da Asfoc-SN Paulo Garrido conversou com o ministro da Saúde em sessão solene do Senado Federal, no Dia Mundial da Saúde. Temporão se comprometeu a encaminhar a questão ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Um manifesto de impacto, com o título de “Governo quer greve, trabalhadores querem respeito e aumento já!”, foi divulgado publicamente pela Asfoc-SN, no dia 8 de abril, e distribuído para deputados e senadores no Congresso Nacional. O documento lembrava, entre outras coisas, que o próprio presidente Lula, em visita à Fiocruz em dezembro de 2007, disse que “qualquer empresa privada pagaria o dobro do que nós pagamos” aos trabalhadores da Fiocruz.

As ações surtiram efeito. No encontro seguinte com a Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento (14/04), uma proposta bem mais coerente, apesar de ainda manter a gratificação por pontos e titulação em valores absolutos. Tal mudança de comportamento do governo foi fundamental para

No dia 29 de abril,
o Planejamento,
enfim, apresentou
uma tabela digna
de ser apreciada
pelos trabalhadores

suspender outro indicativo de greve, previamente marcado para o dia 16 de abril. Os trabalhadores, preocupados também com a epidemia de dengue que assolava o Rio de Janeiro, demonstraram bastante sensibilidade e resolveram fazer novo Ato, em frente ao Castelo (18/04), cobrando novamente participação mais ativa do ministro da Saúde e do presidente da Fiocruz, Paulo Buss.

Numa Assembléia Geral (24/04), que lotou o auditório da Ensp, Paulo Buss se fez presente e prometeu empenho total na reta final das negociações. Ele afirmou que defenderia a manutenção da gratificação de desempenho e o adicional de titulação em valores percentuais sobre o vencimento básico. “Peço que mantenham a confiança, que estou muito esperançoso num final que reconheça a qualidade dos trabalhadores da Fiocruz”, frisou, acrescentando que ele e o ministro Temporão solicitariam a intervenção do presidente da República se preciso.

No dia 29 de abril, o Planejamento, enfim, apresentou uma tabela digna de ser apreciada pelos trabalhadores da Fundação com base em estudo feito pela direção da Fiocruz. Após duas Assembléias (30/04 e 05/05), em que a proposta foi minuciosamente analisada, os servidores, por unanimidade, decidiram tomar o caminho em direção ao acordo com o governo. Deliberaram por autorizar a direção da Asfoc-SN a aceitar a tabela oferecida, com a inclusão de dois adendos: a antecipação da vigência dos aumentos previstos e a não inclusão, neste acordo, de mudança na estrutura do Plano Próprio.

Na Mesa de Negociação (06/05), o impasse: o MPOG se mostrou irredutível quanto aos adendos dos trabalhadores. Mas, numa inovação histórica de ambas as partes, após entendimentos entre os presidentes da Asfoc e da Fiocruz com o secretário Duvanier, o representante do Planejamento, Idel Profeta, veio participar de um amplo debate sobre o assunto com os próprios servidores da Fiocruz.

Dois dias antes de sua vinda ao Campus, a Fiocruz amanheceu repleta de faixas do movimen-



to dos trabalhadores. Nelas, a síntese do que queriam os servidores: “Falta pouco. Temporão e Paulo Buss, agora é com vocês!”; “Planejamento quer mutilar o Plano”; “Alô Paulo Bernardo: mexer no Plano dá errado!” “Lula: quem criou o Plano Fiocruz tem o dever de protegê-lo”.

Durante cerca de duas horas, do dia 15 de maio, na Tenda do Ciência em Cena, Idel pôde expor o ponto de vista da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG e escutar argumentos bem fundamentados dos próprios trabalhadores em defesa do Plano de Carreiras da Fiocruz. Saiu dali disposto a levar as reivindicações dos servidores ao secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira. “Aqui, neste amplo debate, pude acumular as diversas opiniões e as repassarei ao secretário. Tentaremos um denominador comum”, disse.

No entanto, a resposta do Planejamento aos dois adendos não veio. Foram semanas de intensos contatos com o Planejamento, o ministro da Saúde e o presidente da Fiocruz até que, no dia 30 de maio, a direção da Asfoc-SN sentou-se mais uma vez com Temporão, que participou de evento em comemoração aos 108 anos do IOC e da Fiocruz.

Na reunião, que contou também com a presença da Presidência da Fiocruz, o ministro, desta vez, se mostrou muito mais envolvido com a negociação. Disse que havia falado recentemente com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e que tentaria ainda o presidente da República. Mais uma vez, porém, Lula não foi acionado.

Um terceiro Aviso Ministerial com ênfase na manutenção da estrutura do Plano, na antecipação da vigência e na imperatividade de o MPOG honrar o acordo de governo para realinhamento salarial das carreiras instituídas pela Lei 11.350 não chegou a tempo da duríssima reunião realizada em 5 de junho.

Na Assembléia de 11 de junho, os trabalhadores autorizaram o fechamento do acordo com a manutenção das regras atuais para os adicionais de titulação, mas modificando a gratificação por desempenho para o sistema de pontos. No dia 19 de junho, finalmente o acordo com o Planejamento.

Campanha em números

- Reuniões com o MPOG: 14
- Atos: 2
- Grupões: 5
- Comunicados: 25
- Assembléias: 21
- Jornais: 6
- Informativos: 43
- Paralisação: 1

O que ganhamos

- aumento concentrado no Vencimento Básico
- alinhamento ao IBGE em 2008
- alinhamento ao Inmetro e Inpi em 2009
- solução financeira para crise do Fio-Saúde

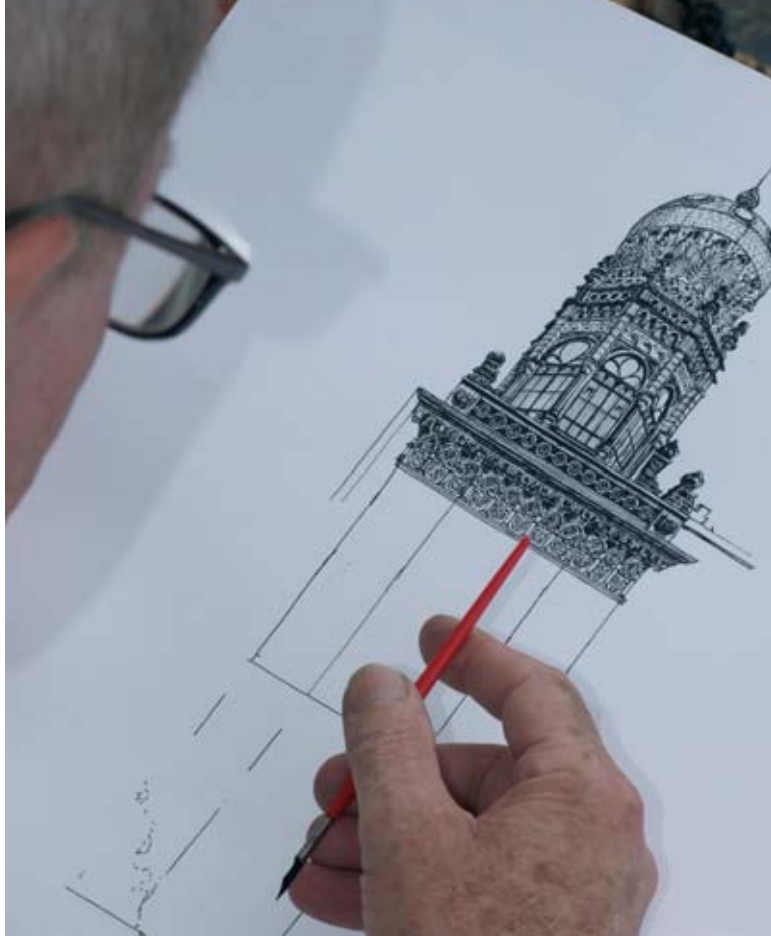
O que mantivemos

- proporcionalidade entre a remuneração dos níveis intermediário e superior e entre classes e padrões
- adicional de titulação para todos os níveis
- titulação por percentual
- manutenção da GDACTSP dos aposentados nos mesmos patamares atuais

O que perdemos

- retroatividade a março de 2007
- GDACTSP em percentuais





Artista eterniza Castelo

na comemoração dos 108 anos da Fiocruz

Em comemoração ao aniversário de 108 anos da Fiocruz, o artista alemão Hans Hornig entregou ao vice-presidente Paulo Gadelha, no dia 29 de maio, durante reunião do Conselho Deliberativo, a tela original do "Castelo Mourisco", desenhada durante cinco semanas (iniciada em 24 março e concluída em 30 abril) em uma tenda instalada em frente ao monumento da Fundação.

Quem visitou o local pôde admirar o método simples do detalhado trabalho do artista: a cartolina era apoiada sobre um pedaço de madeira e, assim, usando a pena e um vidro de nanquim, o Castelo surgia sem qualquer esboço, tijolinho a tijolinho, como mágica saída de suas mãos. Por duas vezes, logo no início do desenho, um detalhe não saiu como o esperado e a tela foi descartada. Duas cadeiras que recebiam os visitantes também fizeram parte do material de trabalho de Hans, que diz não saber criar em estúdio, sozinho, como a maioria dos artistas.

Desde que chegou ao Brasil, em 1986, ele trabalha na rua. A primeira gravura foi feita em Santa Teresa, seguindo orientações de uma amiga brasileira, que conheceu no Peru. Depois disso, passou sete anos fazendo gravuras no Centro Rio, até que uma medida do governo municipal mandou que o local fosse desocupado pelos camelôs e também por Hans, que não teve seu trabalho reconhecido pela legislação.

Essa não seria a primeira vez que ele enfrentava um desafio político na vida: nascido na Alemanha Oriental há 65 anos, Hans foi preso no seu país um ano depois de entrar na escola de artes por ser contra o regime na época. Acabou terminando os estudos na Itália, onde viveu por cinco anos. Também esteve em São Francisco, nos Estados Unidos, e em outros países da América Latina até chegar ao Brasil - em cada uma dessas regiões, reproduziu monumentos arquitetônicos com sua técnica de bico de pena.

Na luta pelo direito de desenvolver seu trabalho nas ruas do Rio,

ele conheceu alguns vereadores. Procurou o apoio de rádios e jornais, para conseguir manter o direito de fazer seus desenhos. Porém, cansado dessa luta sem êxito para atuar na cidade, Hans se transferiu para Paraty (RJ), onde conseguiu a autorização da Secretaria Municipal de Cultura para ocupar as ruas do Centro Histórico.

“Em Paraty, sou atração turística. É bom estar no meio das pessoas. Se me deixam sozinho, durmo em cima da tela. Conversar faz parte da minha produção”, revelou.

E foi em uma dessas conversas que Hans Hornig recebeu o convite para estar na Fundação. O amigo e servidor do Departamento de Endemias da Ensp Valdenir Bandeira Soares, que conhecia o seu trabalho e o desejo do artista de retratar o Castelo, se mobilizou, por meio da Asfoc, para conseguir junto à Presidência a infra-estrutura necessária para recebê-lo no local.

Além desta gravura, doada pelo artista durante solenidade do Conselho Deliberativo, outras 200 réplicas foram produzidas e ficaram em exposição na sede da Asfoc por uma semana. Durante a permanência de Hans em frente ao Castelo, o artista mantinha um livro de assinaturas. Somente quem o visitou e solicitou a gravura teve o prazer de levar uma das cópias do Castelo para casa.

Para quem não foi à tenda, mas gostaria de conhecer um pouco mais do trabalho de Hans Hornig, pode conferir a exposição virtual do artista, disponível no site oficial de Paraty, no endereço www.paraty.com.br/h.paraty.

Falta de diálogo e atraso no canteiro de obras do PAC

Três meses depois de o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurar o Programa de Aceleração do Crescimento no Rio de Janeiro, o Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável vem apontando dois problemas para o progresso das obras do PAC: a falta de estreitamento de diálogo do Poder Público com as comunidades que receberão diretamente as obras e a morosidade na implementação e execução do cronograma de trabalho.

De acordo com Patrícia Evangelista da Silva, do Comitê de Acompanhamento do PAC e da Secretaria Executiva do Fórum de Manguinhos, as metas estabelecidas estão longe de serem cumpridas pelo governo do Estado. O canteiro social (centro de atenção social para os moradores que receberão as obras), por exemplo, que deveria ser instalado há 6 meses, ainda está em fase de implementação. E apesar de o canteiro de obras já ter sido inaugurado, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) só foi chamada pelo governo do estado para iniciar o processo de capacitação de mão-de-obra (pedreiro, carpinteiro, bombeiro e electricista) no mês de abril.

“O atraso está nítido. O cronograma foi extrapolado. As obras, basicamente, ainda não começaram. A conclusão do trabalho está prevista para 2010, mas estamos no meio do ano e nem 10% das obras estão prontas. A falta de diálogo com as lideranças comunitárias atrasa o processo e estamos exigindo do estado este canal. Diálogo é construir em conjunto, mas isso ainda não está acontecendo”, ressaltou a agente redutora de violência no programa Família da Saúde.

Mas o problema de comunicação entre lideranças comunitárias e Poder Público não é exclusividade do estado. Acontece também com a Prefeitura do Rio. Realizando obras de urbanização e saneamento na comunidade CHP-2 desde agosto do ano passado, Patrícia revela que o governo municipal aproveita o início das obras do PAC para fazer campanha de marketing eleitoral. Porém, essas intervenções nada têm a ver com o Programa de Aceleração do Crescimento. São obras licitadas em 2005 e que não foram realizadas na época.

“O governo disse descaradamente para a população que ainda não era obra do PAC. Estamos tentando frear a forma que a prefeitura



Lula ouve líderes das comunidades de Manguinhos durante inauguração do PAC

está conduzindo o trabalho. A obra está sendo tocada sem nenhum acompanhamento, sem nenhum monitoramento da comunidade. E o pior: estão usando como marketing de campanha. A ausência de diálogo da prefeitura dentro da comunidade é um mal terrível”, frisou.

Para tentar resolver o problema de comunicação entre as partes, os líderes comunitários receberam um sopro de esperança na reunião de 2 de junho, com o então governador em exercício, Luiz Fernando Pezão, no Palácio Guanabara: o sinal-verde para a oficialização do Comitê de Acompanhamento do PAC.

“Não resolve o problema, mas aponta a direção para garantir a interlocução entre o governo e a sociedade. Com isso, há maior contribuição dos agentes sociais do Estado e reforça a gestão social coletiva do movimento”, frisou José Leonídio Madureira Sousa Santos, da Coordenação de Projetos Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).

Mesmo diante de alguns impasses, o Fórum de Manguinhos conseguiu, com a força de seu movimento, reverter e obter um grande avanço na questão da construção de moradias. No projeto original esta-

Patrícia Evangelista (Fórum de Manguinhos) e José Leonídio (Ensp) criticam morosidade dos trabalhos



OBRAS PREVISTAS PELO PAC EM MANGUINHOS:

Elevação da linha férrea, terminal intermodal, Parque Metropolitano com áreas de lazer, quiosques para alimentação e boxes para comércio, 1.774 unidades habitacionais, melhoria do sistema de abastecimento de água, de coleta de esgoto, de drenagem e de iluminação pública; alargamento de ruas, ciclovia, centro esportivo com piscinas, campos de futebol, quadras poliesportivas e pista de skate; centro cívico com escola de ensino médio de referência (com 12 salas de aula, duas de informática, laboratórios de ciências e de idiomas, suporte médico e odontológico, sala de apoio áudio-visual e grêmio estudantil, com capacidade para atender 1.440 alunos), escola técnica profissionalizante, biblioteca pública (com salas de música, teatro, informática, videoteca e capacidade para atender 600 pessoas por dia), centro cultural, de geração de trabalho, renda (com quatro salas para capacitação e qualificação, atendimento de microcrédito, incubadora de empresas e serviços de apoio, com capacidade para atender 600 pessoas por mês) e de apoio jurídico (Juizado de Pequenas Causas e Defensoria Pública. Atendimento a 100 pessoas por dia); unidade de pronto-atendimento (emergência 24 horas, com várias especialidades, incluindo pediatria, ortopedia e odontologia, além de análises clínicas e raios-X, com capacidade para atender 800 pessoas por dia), centro de apoio psiquiátrico e de referência da juventude (com três salas para qualificação profissional, auditório, duas oficinas culturais, suporte pré-vestibular, sala de informática. Atendimento a 500 jovens por mês).

vam previstas cerca de 600 habitações. Passou a 800 e deu um salto para 1.774. E o Fórum continua reafirmando a necessidade de ampliar esses números.

Após o início dos trabalhos da equipe técnica do estado, Patrícia revela que este número cresceu novamente, passando a 2 mil. E há indícios de inclusão de comunidades não favorecidas pelo PAC, como Vila São Pedro, os parques Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, além da Comunidade Agrícola.

De acordo com o presidente da Associação dos Moradores do Amorim, Marcelo Radar, há anos lideranças lutam por melhorias em suas comunidades. E, para ele, as obras do PAC abrem caminho para a mudança na qualidade de vida dos moradores de Manguinhos. “Quando falo em oportunidade, falo em esperança de saúde, educação, transporte, moradia e trabalho. Esperança esta esquecida por alguns governantes em outros tempos”, afirmou durante discurso de inauguração do programa, em 7 de março, na presença do presidente Lula.

Assunto polêmico e recorrente no PAC-Manguinhos, a elevação da linha férrea continua sendo ponto crucial na pauta de discussões do Fórum. Patrícia Evangelista, porém, esclarece que a entidade não é contrária à ação desde que as obras do PAC garantam as necessidades reais dos moradores: habitação e saneamento.

“O recurso que seria gasto com a elevação da linha férrea atenderia essas necessidades imediatas da comunidade”, garantiu ela, acrescentando que, numa das audiências públicas, a Secretaria Nacional de Habitação informou ao Fórum que o estado teria garantido recursos extras e o custo da suspensão da linha não sairia do montante previsto para o PAC em Manguinhos (R\$ 300 milhões).

Aposentados poderão ser tornar associados efetivos da Asfoc-SN

Passado mais de um ano da aprovação da mudança de Estatuto que transformou a Associação dos Trabalhadores da Fiocruz em Sindicato Nacional, a contribuição de 1% do salário bruto dos associados efetivos ainda não foi aplicada nos contracheques dos servidores. A modificação no desconto (hoje é apenas de 0,5%) esbarrou numa série de trâmites burocráticos junto ao Ministério do Planejamento e só deverá ser incorporada a partir de agosto.

O novo estatuto prevê ao aposentado a opção de se tornar associado efetivo, gozando de direitos e deveres iguais aos dos servi-

dores ativos, dentre os quais o direito de usar a representação jurídica, participar das ações coletivas que visem recuperar perdas salariais, de votar e ser votado.

Para isso, no entanto, o aposentado deverá preencher a ficha cadastral que será enviada à residência de cada um. Após a assinatura, a ficha poderá ser entregue na sede ou em qualquer regional da Asfoc-SN (Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Amazonas ou Pernambuco). Para tirar dúvidas: (21) 2290-7347; 2564-5720; 2290-6395.

Balço Patrimonial Exercícios de 2006 / 2007

| | 2006 | 2007 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| | VALORES EM R\$ | VALORES EM R\$ |
| ATIVO | 1.516.339,63 | 1.242.004,32 |
| CIRCULANTE | 1.142.084,33 | 923.823,96 |
| DISPONÍVEL | 846.283,58 | 544.766,14 |
| CAIXA | 6.361,59 | 13.280,44 |
| BANCOS C/MOVIMENTO | 2.013,61 | 4.557,62 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 837.908,38 | 526.928,08 |
| REALIZÁVEL | 267.013,67 | 348.242,86 |
| ADIANTAMENTOS | 50.839,28 | 56.634,18 |
| CONTAS A RECEBER | 183.182,82 | 217.221,70 |
| DEPÓSITO JUDICIAL | 26.738,72 | 41.149,11 |
| ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS | 6.252,85 | 13.090,27 |
| OUTROS VALORES A RECEBER | 0,00 | 20.147,60 |
| ESTOQUE | 21.012,95 | 22.144,90 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 16.572,58 | 17.392,17 |
| MATERIAL PROMOCIONAL | 4.440,37 | 4.752,73 |
| DESP.EXERC.SEGUINTE | 7.774,13 | 8.670,06 |
| DESPESAS ANTECIPADAS | 7.774,13 | 8.670,06 |
| SEGUROS A VENCER | 0,00 | 0,00 |
| PERMANENTE | | |
| IMOBILIZADO | 374.255,30 | 318.180,36 |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS | 386.698,07 | 385.614,44 |
| DEPREC.ACUM.MÓVEIS E UTENSÍLIOS | (168.455,65) | (196.522,55) |
| VEÍCULOS | 33.000,00 | 33.000,00 |
| DEPREC.ACUM.VEÍCULOS | (12.100,00) | (18.700,00) |
| MÓVEIS E UTENS.SUBSEDE SALVADOR | 15.543,27 | 18.758,27 |
| DEPREC.ACUM.SUBSEDE SALVADOR | (4.552,04) | (6.082,03) |
| MÓVEIS E UTENS.SUBSEDE B.HORIZONTE | 13.639,55 | 13.527,37 |
| DEPREC.ACUM.SUBSEDE B.HORIZONTE | (5.086,61) | (6.320,59) |
| MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUBSEDE RECIFE | 13.129,35 | 13.021,40 |
| DEPREC.ACUM.SUBSEDE RECIFE | (6.246,60) | (7.434,05) |
| LINHAS TELEFÔNICAS | 14.186,29 | 14.186,29 |
| PROGRAMAS E SISTEMAS | 38.298,51 | 41.624,76 |
| AMORTIZAÇÃO PROGRAMAS E SISTEMAS | (36.785,73) | (38.194,52) |

| | 2006 | 2007 |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | VALORES EM R\$ | VALORES EM R\$ |
| EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | 105.187,06 | 109.059,28 |
| DEPREC.DE EQUIP.DE INFORMÁTICA | (77.054,59) | (87.033,39) |
| BENFEITORIAS | 283.292,61 | 281.843,27 |
| DEPREC.ACUM.BENFEITORIAS | (218.438,19) | (232.167,59) |
| PASSIVO | (1.516.339,63) | (1.242.004,32) |
| CIRCULANTE | (220.339,23) | (318.434,85) |
| CONTAS A PAGAR | (25.332,45) | (31.951,73) |
| CONTAS A PAGAR DIVERSAS | (11.208,99) | (27.234,23) |
| COMITÊ DA FOME | (1.433,46) | (4.717,50) |
| RECEITAS ANTECIPADAS | (12.690,00) | 0,00 |
| FOLHA DE PAGAMENTO | (61.520,24) | (125.351,43) |
| SALÁRIOS À PAGAR | (38.419,60) | (39.118,05) |
| PENSÃO ALIMENTÍCIA | (1.049,33) | (1.093,70) |
| PROVISÃO DE FÉRIAS | (22.051,31) | (85.139,68) |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS | (4.090,47) | (4.846,45) |
| IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE | (4.090,47) | (4.846,45) |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS | (37.356,47) | (61.457,96) |
| INSS À PAGAR | (22.879,65) | (24.077,83) |
| FGTS À PAGAR | (7.174,97) | (6.921,04) |
| PIS À PAGAR | (1.028,64) | (1.085,90) |
| PROVISÃO ENC.SOC.S/FÉRIAS | (5.992,71) | (29.373,19) |
| OUTRAS CONTRIBUIÇÕES | (280,50) | 0,00 |
| CONTAS CORRENTE | (92.039,60) | (94.827,28) |
| SEGURO DE VIDA À PAGAR | (90.427,32) | (92.975,02) |
| FIOPREV PLANO DE SAÚDE | (1.612,28) | (1.852,26) |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | (1.296.000,40) | (923.569,47) |
| FUNDO PATRIMONIAL PRÓPRIO | (1.296.000,40) | (923.569,47) |

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2007

Justa Helena Braga Franco / Oswaldo Vieira Affonso Filho

Demonstração dos Resultados 2006 / 2007

| | 2006 | 2007 |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | VALORES EM R\$ | VALORES EM R\$ |
| RECEITAS | | |
| DEPTO.ADMINISTRATIVO | 238.821,71 | 233.774,75 |
| DEPTO. ESPORTES | 48.974,25 | 114.058,63 |
| DEPTO. SINDICAL | 933.382,40 | 1.036.924,24 |
| DEPTO. SÓCIO CULTURAL | 28.006,00 | 21.860,50 |
| DEPTO. SALVADOR | 0,00 | 33.178,58 |
| DEPTO. RECIFE | 0,00 | 42.326,35 |
| DEPTO. BELO HORIZONTE | 0,00 | 37.334,46 |
| DEPTO. BRASÍLIA | 0,00 | 3.825,43 |
| DEPTO. MANAUS | 0,00 | 14.278,36 |
| TOTAL | 1.249.184,36 | 1.537.561,30 |
| DESPESAS | | |
| DEPTO. ADMINISTRATIVO | (790.591,72) | (594.404,06) |
| DEPTO. ESPORTES | (449.585,01) | (284.049,27) |
| DEPTO. SINDICAL | (257.380,93) | (317.770,08) |

| | 2006 | 2007 |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | VALORES EM R\$ | VALORES EM R\$ |
| DEPTO. JURÍDICO | (272.021,38) | (249.970,13) |
| DEPTO. SÓCIO CULTURAL | (183.850,76) | (85.144,88) |
| DEPTO. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO | (198.896,59) | (232.999,22) |
| DEPTO. SALVADOR | 0,00 | (58.408,44) |
| DEPTO. RECIFE | 0,00 | (69.893,03) |
| DEPTO. BELO HORIZONTE | 0,00 | (63.283,75) |
| DEPTO. BRASÍLIA | 0,00 | (443,84) |
| DEPTO. MANAUS | 0,00 | (11.159,10) |
| TOTAL | (2.152.326,39) | (1.967.525,80) |
| RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS | | |
| RECEITAS FINANCEIRAS | 183.831,62 | 75.575,81 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | (41.627,39) | (18.042,24) |
| TOTAL | 142.204,23 | 57.533,57 |
| RESULTADO DO PERÍODO | (760.937,80) | (372.430,93) |

Assédio moral, perversidade contra o trabalhador

Em comemoração ao “Mês dos Trabalhadores”, o Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Ipec) realizou, no dia 15 de maio, um evento que esclareceu aos funcionários da Fiocruz questões sobre assédio moral no trabalho. No pátio, em frente ao prédio do Ipec, foi montado o ambiente onde os atores do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Sindjustiça) encenaram a peça “Assédio Moral – Uma comédia”, seguido da realização de um debate sobre o tema.



Qualquer atitude, gesto ou palavra que leve uma pessoa ao constrangimento ou à humilhação, de maneira repetida ou prolongada, são consideradas assédio moral

Este tipo de assunto não é um problema novo. Ele sempre existiu em todas as esferas das relações humanas. Qualquer atitude, gesto ou palavra que leve uma pessoa ao constrangimento ou à humilhação, de maneira repetida ou prolongada, são consideradas assédio moral. Atualmente, estes tipos de acontecimentos nos ambientes de trabalho têm elevado os índices de trabalhadores que adoecem sem motivo aparente, e chegam até ao suicídio.

Segundo a psicóloga do Sindicato dos Bancários, Adilma Tavares da Silva, normalmente as mulheres expressam mais sua indignação e diminuem o sofrimento pela palavra. Os homens se reprimem. Devido ao fato de serem culturalmente o representante e provedor da família, acabam sentindo vergonha e se calam por medo de serem desqualificados também perante a família. Por isso, é maior o número de casos de suicídio entre pessoas do sexo masculino. “É imprescindível que as vítimas procurem ajuda”, ressaltou.

A peça apresentada em quatro esquetes tratava de maneira lúdica algumas dessas formas de constranger e humilhar pessoas em seu ambiente de trabalho, deixando claro que a atitude do agressor não deixa lesões aparentes, mas atuam diretamente no psicológico do agredido.

Não à toa, Daniela de Souza Ferreira escreveu um livro sobre o assunto: “Assédio Moral: Relações desumanas nas organizações”. Ela também foi vítima de assédio moral.

“Em agosto de 2004, fui promovida e remanejada de setor. Nos dois primeiros meses foi calma. Nem parecia que eu tinha um superior, mas foi só meu trabalho se destacar e receber elogios da diretoria para o tal chefe aparecer. Ele fazia pouco do meu trabalho, sem qualquer cerimônia. Eu chorava quando chegavam os dias das reuniões. Era a terceira vítima dele naquela equipe. Minha situação ficou insustentável. Procurei o gerente de RH, o posto médico da empresa e o assistente social, até que pedi para ser desligada, porque não podia mais agüentar aquela pressão”, explicou.

A advogada e procuradora geral da Fiocruz, Fátima Guerreiro, analisa que esses casos no Brasil podem ser explicados devido ao fato do país ter uma história muito recente de democracia, evoluído de um processo escravagista, em que trabalhadores eram maltratados com consentimento de toda a sociedade. Desta forma, são necessários movimentos sociais para mudar a profunda questão cultural em que estamos inseridos.

“Muitas vezes é difícil nos entendermos como pessoa. O que dirá de darmos conta de como tratarmos nosso semelhante? O filósofo Emmanuel Kant foi o baluarte da defesa da pessoa humana. Foi ele quem diferenciou o que é ser pessoa e o que é ser coisa. E o Direito traz isso até hoje. Na Constituição temos o artigo primeiro, inciso terceiro, que trata da dignidade da pessoa humana. Mas ainda temos muito que fazer neste sentido”, defendeu.

Embora cause muitos danos ao trabalhador, o assédio moral ainda não é tipificado como crime. No entanto, existem alguns projetos de lei para inverter esse quadro, em que o assediador poderá ter pena de três meses a um ano de reclusão, mais o pagamento de multa. Enquanto não sai do papel, alguns municípios brasileiros já conseguiram fazer suas próprias leis de preservação do trabalhador. No caso do serviço público, entramos na esfera do Direito do Trabalho e, quando é identificado o assédio moral, a pena varia de advertência, suspensão e até demissão, nos casos mais graves.

“Muitas vezes as pessoas não se dão conta de que estão assediando ou sendo assediadas. Uma forma interessante de combatermos isso é tendo claros os processos de trabalho e discutirmos sempre no coletivo. Quanto mais as pessoas se isolam, mais estarão reféns deste tipo de comportamento”, concluiu a diretora administrativa e financeira da Asfoc-SN, Justa Helena Franco.

É possível denunciar o assédio moral pelo site www.trabalho.gov.br ou pelo telefone 0800-285-0101.

Festas lotam o Estação Asfoc

Entre assembléias, grupões, atos públicos, manifestações, debates e encontros com dirigentes da Fiocruz, Ministério do Planejamento e ministro da Saúde, a Asfoc-SN promoveu em maio uma série de atividades em homenagem ao Dia dos Trabalhadores e, em junho, o grande Arraiá do Oswárdu.



O início das comemorações ocorreu na festa baile, em 9 de maio, quando a banda Reprise Rock e os DJs da Difusora Gambiarra botaram as pessoas para mexer o corpo no Estação Asfoc.

Na semana seguinte, de 12 a 17 de maio, terceirizados e servidores interromperam temporariamente a luta pela campanha salarial e, ao final do dia, se dedicaram exclusivamente à prática de diversas modalidades esportivas: basquete, vôlei, futebol e futsal. A semana comemorativa foi encerrada no sábado, com caminhada ecológica no Parque da Catacumba e na Cachoeira do Quebra.



Em 6 de junho, a sede da Asfoc lotou para a Festa Junina. O que chamou a atenção mais uma vez foi a grande presença dos novos servidores, que agitaram o tempo todo ao som da banda Maçarico e sua gente. E não faltou a tradicional quadilha formada pelos funcionários da Fiocruz!